

# A ARQUIVÍSTICA SOB O PRISMA DE UMA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

UMA PROPOSTA DE SILVA & RIBEIRO<sup>1</sup>

Sílvia Mendes Masson

[masson.idt@terra.com.br](mailto:masson.idt@terra.com.br)

Mestranda em Ciência da Informação  
ECA/USP

## Resumo

A Arquivística se consolida, como disciplina, a partir da Revolução Francesa, segundo um paradigma patrimonialista e custodial, dentro da Modernidade, cujo objeto é o documento de arquivo tratado segundo a teoria das três idades, o conceito de fundo e os princípios da proveniência e da ordem original. As condições sociais, econômicas, culturais e tecnológicas decorrentes da Sociedade da Informação, depois dos anos 80 do século XX, propicia a emergência de um novo paradigma, na Pós-Modernidade. É nesse contexto que surge a concepção que entende a Arquivística como uma disciplina aplicada, inserida no âmbito transdisciplinar da Ciência da Informação, juntamente com Biblioteconomia/Documentação e os Sistemas Tecnológicos de Informação, partilhando o objeto informação, articulando-se com outros saberes, interdisciplinarmente, conforme a proposta de Silva e Ribeiro et al. Segundo esta proposta, a Ciência da Informação é uma disciplina científica, com identidade própria, no campo dos pressupostos teóricos das Ciências Sociais e a Arquivística uma disciplina do paradigma científico pós-custodial.

Palavras-Chave: Arquivística, Ciência de Informação, Informação, Paradigma

## Abstract

*The Archival Science is consolidated as a discipline after the French Revolution, according to a patrimonial and custodial paradigm, within Modern Times, whose subject is the archive document, treated in accordance with the Three Ages Theory, the fund concept and the origin and the order principles. The social, economic, cultural and technological conditions derived from Information Society, after the 20th Century 80's, allows the emergence of a new paradigm in Post-Modern Times. In this context, the Archival Science starts to be understood as an applied discipline, inserted in the scientific area of Information Science, together with Library Science/Documentation and*

---

<sup>1</sup> A proposta de uma Ciência da Informação que abrange, em relação transdisciplinar, a Arquivística, Biblioteconomia/Documentação e Sistemas de Informação, cujo objeto em comum é a informação social, articulando-se com outros sistemas que mantenham, de forma interdisciplinar, mantendo em comum o objeto informação social.

*Technology Systems, sharing the information object, articulating with other sciences, interdisciplinarily, according to Silva and Ribeiro et al proposal. According with this proposal, Information Science is a scientific discipline, with own identity, in the Social Sciences theoretical assumptions field and the Archival Science as a discipline derived from the post-custodial paradigm.*

*Keywords: Archival Science, Information Science, Information, Paradigm*

## **1. A informação e a ruptura de paradigmas**

A revolução tecnológica, acelerada após a Segunda Guerra Mundial resulta em alterações das práticas econômicas e sociais e dos contextos científicos e técnicos que associaram a tecnologia à produção, ao tratamento e à difusão da informação, no âmbito de um saber em construção, denominado Ciência da Informação que surge inserida no contexto da evolução dos conceitos de ciência e da constituição das Ciências Sociais, que, ao longo da segunda metade do século XX, conhece uma intensificação das mudanças principadas nos séculos anteriores, com a primeira e a segunda revoluções industriais, que culminaram em novas relações e inter-relações no campo da economia, da política, da cultura, das tecnologias e da ciência. Estas mudanças marcam a ruptura da modernidade para a pós-modernidade.

Por outro lado, a Arquivística, como produto da Modernidade, não está em melhor posição do que a Ciência da Informação, em termos de definição de seu objeto de estudo e do seu estatuto científico, e passa por revisões ou defesas de conceitos, de definições de terminologia e questionamento dos princípios e leis que foram, no passado, buscadas para dar-lhe autonomia e disciplinaridade.

A modernidade se caracteriza pelo mito da ciência<sup>2</sup> que tudo explica e que a tudo domina, tendo por fundamento uma razão que se considera única e universal, que

---

<sup>2</sup> Boaventura Souza Santos (1989) assim se refere à evolução da ciência: *“O círculo hermenêutico cumpre-se, desconstruindo um a um os diferentes objetos teóricos que a ciência constrói sobre si própria e, com eles, as diferentes imagens que dá de si, a fim de tornar compreensível por que razão foram construídos esses objetos e não outros, essas imagens e não outras”*.

Cita Kuhn, na teoria central sobre a estrutura da revolução científica: o conhecimento científico não cresce de modo cumulativo e contínuo, pelo contrário, é descontínuo e opera por saltos qualitativos, que não se justificam em função de critérios internos de validação do conhecimento científico. Em continuidade com o raciocínio, diz, ainda, que o desenvolvimento da ciência madura se processa em duas fases: a fase da ciência normal e a fase da ciência revolucionária. A ciência normal é a ciência nos períodos em que o paradigma é unanimemente aceito pela comunidade científica e dá conta de solucionar os problemas propostos. A ciência revolucionária se impõe quando as regras em vigor e os cientistas mais experientes já não dão conta da complexidade do problema abordado, sem pôr em xeque o paradigma, o que leva a uma crise, e é nesse quadro e momento que um novo paradigma se desenha.

começa a sofrer críticas, dentro da própria modernidade. A pós-modernidade, submetida a inéditas noções de tempo-espaço, em virtude da globalização e das tecno-ciências, é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a idéia de progresso e a emancipação universal e os fundamentos definitivos de explicação.

Ainda que o pensamento e a reflexão sobre a realidade social e as relações sociais venham desde a Grécia Clássica, passando pela Idade Média e Renascimento, é apenas no século XIX que é possível falar em “ciências sociais”.

As ciências sociais resultam do conjunto de reflexões nascidas do determinismo mecanicista, que incorporam os princípios baconianos, newtonianos e o método cartesiano, que compuseram a “ciência moderna”, transformada “no modelo de racionalidade hegemônica que a pouco e pouco transbordou do estudo da natureza para o estudo da sociedade.” (Santos, 1987, p 23)

Kuhn, diante dos desacordos entre os cientistas sociais quanto à natureza dos métodos e problemas científicos legítimos, recorre ao termo “paradigma” para designar “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.” (Kuhn, 1991, p. 13)

Assim, o progresso da Ciência é um processo contraditório marcado pelas revoluções do pensamento científico, que acontecem quando ocorre a desintegração do tradicional numa disciplina, forçando a comunidade de profissionais, a ela ligados, a reformular o conjunto de compromissos em que se baseia a prática dessa ciência.

O conceito de paradigma será aqui utilizado para embasar o surgimento e a evolução das Ciências Sociais e da Ciência da Informação nesse bojo, em que a Biblioteconomia, a Documentação e a Arquivística estão incluídas e que apresentaram, no atravessar do tempo, diferentes abordagens e práticas, refletindo a evolução e o desenvolvimento das sociedades.

A abundante produção de textos, com maior ou menor recorte epistemológico, em sua maioria destinados a sublinhar as relações da Biblioteconomia e da Documentação com a Ciência da Informação, contrasta com a falta de interesse dos arquivistas em confrontar analiticamente a sua disciplina com a Ciência da Informação. É flagrante a escassez de textos que tratem da Arquivística e Ciência da Informação, mas, por outro lado, é curioso notar, nas últimas décadas, um incremento de teses e dissertações, com

temática arquivística, nos diferentes programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

Jardim e Fonseca, em 1992, publicaram artigo sobre as relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação, artigo que exerceu manifesta influência nos autores da proposta que será aqui apresentada e que os levou a produzir a obra denominada “Arquivística – teoria e prática de uma ciência da informação”. Os autores: Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos, Manuel Luís Real, (1999) apresentam o produto das reflexões a respeito da Arquivística, no contexto de um panorama da dimensão histórica do modo como se trabalhou nos serviços de arquivo, através dos séculos, desembocando nas profundas mudanças acontecidas após a Segunda Guerra Mundial, com a pujança do desenvolvimento técnico-científico.

Diante da escassez de literatura teórica, uma vez que as publicações na área se ocupam, em geral, das várias técnicas utilizadas para o tratamento dos arquivos e em torná-las a base científica da disciplina Arquivística, os autores pleiteiam a determinação de um objeto e de método próprios, segundo a epistemologia que constroem, porque acreditam que a teoria deve condicionar e sustentar as práticas.

Silva et al (1999) entendem que o processo informacional, relativo aos arquivos, apresenta três fases: a fase sincrética e custodial, até ao século XVIII, a fase técnica e custodial, de 1898 a 1980, com os Arquivos Históricos e Arquivos administrativos, a gestão de documentos, normalização arquivística, reformulação crítica da noção de “fundo”, e a fase científica e pós custodial, em que os arquivos são tratados como sistemas de informação e a Arquivística, uma ciência epistemologicamente redimensionada, no campo da Ciência da Informação, dentro das Ciências Sociais.

Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro prosseguem a refletir sobre a Arquivística e a informação e escrevem, três anos depois, a obra denominada “Das <<ciências>> documentais à ciência da informação – um ensaio epistemológico para um novo modelo curricular” (2002), em que avançam na proposta dos fundamentos epistemológicos da Arquivística, incluída no campo da dinâmica transdisciplinar da Ciência da Informação.

No Brasil, o IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, publicou uma importante coletânea de artigos em que o caráter de interdisciplinaridade da Ciência da Informação, é aceito pela maioria dos autores dos artigos, mas excluem a Arquivística dessa abordagem. A proposta, de Silva e Ribeiro (2002), conduz ao deslocamento de um cenário de interdisciplinaridade para outro, mais profundo e radical,

de transdisciplinaridade, no qual a Arquivística é convocada para construir uma Ciência da Informação unitária, envolvendo-se e misturando-se e até fundindo-se com a Biblioteconomia, a Documentação e os Sistemas Tecnológicos de Informação, de forma a que a Ciência da Informação, sem perder sua interessante vocação interdisciplinar no campo das Ciências Sociais, consiga afirmar-se teórica e, academicamente, como uma ciência com identidade própria, dentro do paradigma das ciências pós-modernas.

Ao darmos a conhecer os traços essenciais desta proposta pretendemos somar e enriquecer o debate, vital para o presente e futuro próximo da Ciência da Informação.

## **2. Entre a Modernidade e a Pós-Modernidade: a Era da Informação**

A evolução tecnológica, atravessando os séculos, criou condições do aumento do volume de produção e, com isso, a necessidade de manejo cada vez mais especializado da informação. Houve a exacerbação destes fenômenos em dois importantes momentos: a revolução causada pela invenção da imprensa, na modernidade, e a revolução digital, na pós-modernidade.

Assim, a Biblioteconomia e a Arquivística, embora praticada desde a Antigüidade, têm, neste momento, o papel de áreas de estudo e de trabalho complementares, com objetos específicos: a Biblioteconomia, com os princípios da bibliografia científica delineado no século XVI, propostos por Konrad Gesner, e a Arquivística, no século XIX, com o Manual Holandês, publicado em 1898, por Muller, Feith e Fruin.<sup>3</sup>

### **2.1. Da Biblioteconomia à Documentação**

As primeiras evidências de organização de documentos, segundo os seus conteúdos, são tomadas como o marco inicial tanto para a Biblioteconomia, quanto para a Arquivística, porque ambas têm os seus embriões na Antigüidade.

A Biblioteca e/ou Arquivo de Ebla, na Síria, cuja coleção era composta, segundo Silva et al (1991, p. 45 a 48), "(...) de correspondência e contratos administrativos, cartas régias, tratados internacionais, *actas*, missivas, contratos, assentos contabilísticos, censos,

---

<sup>3</sup> Ver Silva et al (1999), p. 28

etc. (...)”, como uma organização, cujos critérios ainda hoje são assumidos pela disciplina Arquivística:

(...) estrutura orgânica coerente, em correspondência com as funções e com a *atividade* das entidades produtoras; regras de controlo e matriz diplomática eficazes, como forma de garantir a identidade e a autenticidade dos documentos; valor como testemunho e como instrumento de informação. (Silva *et al*, 1999, p. 204).

Ortega (2005, p. 1), descreve que a Biblioteca de Ebla era uma coleção:

(...) composta de textos administrativos, literários e científicos, registrados em 15 mil tábuas de argila, as quais foram dispostas criteriosamente em estantes segundo o tema abordado, além de 15 tábuas pequenas com resumos do conteúdo de documentos (...) e a organização nela encontrada vem sendo considerada a origem dos princípios da Biblioteconomia.

Constatamos que a Biblioteconomia e a Arquivística, na origem, estão vinculadas pelas mesmas referências que fazem às suas respectivas abordagens do objeto de estudo, e, muitas outras vezes, na história de suas trajetórias, voltarão a se encontrar, se é que estiveram de fato desvinculadas. Até à Idade Média, museus, bibliotecas e arquivos eram praticamente a mesma entidade, pois organizavam e armazenavam todo o tipo de documento.

No século XIX, respondendo às mudanças impostas pelas alterações técnicas de plena revolução industrial, acontece a criação do Instituto Internacional de Bibliografia, concebido por Paul Otlet e Henri La Fontaine, cuja proposição de compilação da informação bibliográfica registrada, faz nascer a Documentação, como área interdisciplinar, para organizar e analisar o conteúdo de documentos em diversificados suportes, visando o fluxo e o acesso às informações neles contida, se constituindo numa espécie de precursora da Ciência da Informação.

Ortega (2004, p. 4) assim se refere:

Em fins do século XIX, a Biblioteconomia e a Documentação apresentavam um desenvolvimento em grande parte inseparável: surgiram em conseqüência das mesmas necessidades, empregavam processos e instrumentos comuns (...), tinham objetivos quase idênticos e em muitos casos deviam seu progresso aos mesmos homens. Havia, no entanto, uma tentativa dos documentalistas em evitar os instrumentos e até mesmo os termos adotados pela Biblioteconomia, o que levou, muitas vezes, a que aqueles seguissem os caminhos já trilhados e até descartados por esta. A diferença da Documentação era que pretendia fazer uma análise de conteúdo mais profunda. Da mesma forma, os arquivos apresentavam problemas semelhantes de organização. A

Biblioteconomia, a Documentação e a custódia dos arquivos, como já citado, eram tratadas de forma única: no entanto, interesses particulares começaram a dividir estas atividades em grupos separados, os quais passaram a adotar atitudes de intolerância entre si.

A proposta de Silva e Ribeiro (2002) é recuperar a aproximação entre estas disciplinas no campo transdisciplinar da Ciência da Informação, articulado interdisciplinarmente, com outros campos do saber, e, assim, anular as “atitudes de intolerância”, porque estarão reunidas pelo objeto comum: a informação humana e social.

## **2.2. Os Arquivos e a construção da Arquivística**

Os arquivos, na sua origem, são um fenômeno espontâneo e natural, contemporâneos aos tempos em que a escrita implicou a idéia de reunir e organizar os suportes escritos e, desta forma, os primeiros arquivos obedeceram a uma fórmula intuitiva e natural, sem que houvesse vertentes técnicas ou conceituais.

Desde a Antigüidade Clássica, da Grécia a Roma Antiga, passando pela Idade Média, os arquivos permaneceram sob a ótica administrativa, mas foram com o passar do tempo assumindo um papel mais instrumental, além de se instaurar a relação entre arquivo e memória, na Idade Média. No entanto, o modelo milenar, assentado na estrutura sistêmica e no respeito pela rede de ligações entre os documentos que integram um mesmo sistema de informação, atravessa todo o período assinalado, vindo a sofrer o primeiro abalo, no século XVI, época em que a concentração de arquivos e os depósitos de documentos aumentaram consideravelmente, sem que houvesse uma teorização arquivística.

O arquivo, bem como o conceito e a sua difusão, acontece apenas na transição do Mundo Antigo para a Idade Média, pois antes havia certa confusão entre biblioteca e arquivo, acentuado no período helenístico, com a constituição das grandes bibliotecas públicas, que por sua natureza enciclopédica, recebiam também arquivos de diversas procedências.

Nos séculos XVII e XVIII, com o Iluminismo, os arquivos passam a ser fontes para pesquisas históricas e prospecções acadêmicas, o que terá como conseqüência as reclassificações temáticos-funcionais, porque os pesquisadores, desconhecedores da prática administrativa, propugnam por uma organização dos arquivos através de uma classificação por matéria.

Com a Revolução Francesa, há uma nova fase na concentração dos arquivos do Estado em grandes depósitos, com a criação dos Archives Nationales (Decreto de 18 Brumário), ocorrendo a orientação para o expurgo de “[...] todos documentos relativos a títulos puramente feudais, bem como todos os registros administrativos e processos judiciários, desprovidos de interesse para a anexação e gestão dos bens por parte do Estado.” (Silva *et al*, 1999, p. 100 e 101)

Frente à política de incorporações em massa e a ordenação dos arquivos, criou-se um caos, sob o ponto de vista arquivístico, o que levou o historiador Natalis de Wailly, arquivista do Ministério do Interior, a criar o “princípio do respeito pelos fundos”, que rapidamente foi adotado por vários países da Europa, consagrando-se o conceito através do termo “fundo”, e que passou a ser considerado como o fundamento essencial da Arquivística.

A partir de 1830, com o movimento de renovação da historiografia, há uma forte valorização das fontes históricas e da pesquisa nos arquivos, instrumentalmente utilizados como apoio ao trabalho histórico. A École des Chartes, que se destinava a formar arquivistas-paleógrafos, é um marco do período em que os arquivos se tornam autênticos laboratórios do saber histórico e a atividade dos arquivistas se converte numa disciplina auxiliar da História, com a designação de “Arquivologia”, igualada à condição subsidiária da Paleografia e da Diplomática, condição esta que se conservará, em parte, até a Segunda Guerra Mundial.

Em 1898, a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses, por Muller, Feith e Fruin, passa a ser um marco na evolução da Arquivística, rumo à sua afirmação como disciplina, porque estabelece o conceito de arquivo, a organização dos documentos, a descrição, os inventários, o uso de normas, etc. No entanto, nada é referido quanto à triagem e eliminação, bem como sobre a inclusão dos arquivos privados, pois o Manual é concebido segundo a perspectiva dos arquivos da administração pública. Apesar disso, a publicação do Manual marca o início de um novo período, libertando a Arquivística das duas outras disciplinas, a Paleografia e a Diplomática, vincando o predomínio da vertente técnica.

Na transição do século XIX ao século XX, há também a consolidação definitiva das idéias originárias da Revolução Francesa, o que dá a Arquivística o caráter inequívoco da perspectiva histórica e positivista, resultando na proliferação e desenvolvimento de arquivos com a finalidade de incorporar documentos históricos, o que contraria a natural

constituição de arquivos a partir das necessidades da administração, na produção ou recepção de documentos em decurso das suas atividades.

No período entre Guerras, a chamada arquivística descritiva, ou custodial, como a designam Silva et al (1999. p. 207), desenvolvida a partir da noção instrumental e incorporacionista de “fundo”, deu espaço para preocupações em nível de gestão de arquivos e da eliminação de documentos, devido ao aumento da produção documental. Após a Segunda Guerra Mundial, generalizou-se o princípio das “três idades do arquivo” (arquivos correntes, arquivos intermediários e arquivos históricos ou permanentes), e teve como consequência a criação de serviços e de depósitos, a maior parte das vezes, desarticulados entre si.

Nos Estados Unidos, surge o conceito operatório de *record group*, e a atividade profissional do *records management*; e a gestão documental nasce como uma nova área disciplinar, em estreito vínculo com a administração, em contraponto com a Arquivística como disciplina auxiliar da História. E, assim, a Arquivística fragmenta-se em tendências, entre os *records* e *archives* e podemos distinguir três linhas: a arquivística tradicional que exerce hegemonia internacional; a arquivística norte-americana voltada para a gestão documental a serviço da administração e a arquivística integrada canadense, com a proposta de Couture, Rousseau e Ducharme para que houvesse uma reformulação de conceitos e metodologias e que a arquivística seja uma disciplina ligada ao ciclo de vida inteiro dos documentos.

### **2.3. O Pós-industrialismo (ou pós-modernidade) e a emergência da Ciência da Informação**

Em 1958, nos Estados Unidos, acontece a *International Conference on Scientific Information*, considerada, por alguns, como o acontecimento que marca o surgimento da Ciência da Informação que tinha em relação à Biblioteconomia, como diferencial, a análise de conteúdo dos documentos e a adoção de novos sistemas de indexação coordenada, com base em unitermos. (Silva & Ribeiro, 2002, p. 19).

A partir daí, o termo Ciência da Informação se firma, incorpora e reflete a preocupação com a informação científica e técnica, ao mesmo tempo em que a explosão documental, na década de 1950, justifica e solicita respostas para organizar e tratar a informação produzida e acumulada, diante da importância e usos da informação.

Se, por um lado, a Ciência da Informação é uma resposta a uma realidade inexorável, frente a um mundo em profundas mudanças em que há a explosão da

informação, por outro, confronta com a dificuldade de ser reconhecida como ciência, pois o seu surgimento coincide com o questionamento da ciência e dos conceitos epistemológicos que a identificam, reflexos do contexto cultural, econômico e social da sociedade tecno-científica.

O saber ganha complexidade (Morin, 2002) e, na tentativa de caracterizar a sua natureza e as relações com os diversos outros saberes, surge uma nomenclatura para denominar essa relação entre as diversas disciplinas: co-disciplinaridade, interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, transdisciplinaridade, pluridisciplinaridade e pseudodisciplinaridade<sup>4</sup>, na proposição de atender à flutuação e à intersecção das fronteiras do conhecimento e ao seu enquadramento no recém surgido âmbito das ciências sociais. Há autores que consideram a Ciência da Informação uma ciência interdisciplinar, por se constituir de disciplinas que mantêm pontos em comum entre si; há autores que a consideram uma metaciência e há os que, como Brookes, defendem que seja uma disciplina com objeto e epistemologia definidos e delimitados. Para Silva et al (1999) é uma transdisciplina.<sup>5</sup>

A Arquivística está fora do campo da Ciência da Informação, segundo os trabalhos de Pinheiro (1997), em que cita vários autores de reconhecida importância na área e que fazem abordagens que também não a inclui entre as disciplinas que compõem a Ciência da Informação.

Lopes (2000, p. 77), em importante obra para a Arquivística no Brasil, denominada "A nova arquivística na modernização administrativa", introduz propostas, que visam desencadear reflexões teóricas e metodológicas frente às imbricações da Arquivística com outras áreas, e diz:

---

<sup>4</sup> Para ampliar os conceitos, consultar: Pomba, Olga. Unidade das ciências e configuração disciplinar dos saberes. Contributos para uma filosofia de ensino, 1998, Resumo da tese de doutoramento.

Ver também: Pinheiro, Lena Vania Ribeiro. Campo interdisciplinar da informação: fronteiras remotas e recentes. In Pinheiro, Lena Vania Ribeiro (Org). Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade. Brasília/Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP, 1999, p. 155 a 182.

<sup>5</sup> Citado por Silva (2006), e aqui transcrito, o conceito de transdisciplinaridade: "*A citação que aqui importa destacar foi feita por Olga POMBO e colhida em Jean PIAGET: Integração global das várias ciências. À etapa das relações interdisciplinares sucede-se uma etapa superior, que seria a transdisciplinaridade a qual não só atingiria as interações ou reciprocidades entre investigações especializadas, mas também situaria estas relações no interior de um sistema total, sem fronteiras estáveis entre as disciplinas. Tratar-se-ia de uma teoria geral de sistemas ou estruturas que incluiria estruturas operativas, estruturas regulatórias e sistemas probabilísticos e que uniria estas diversas possibilidades por meio de transformações reguladas e definidas*". (Piaget, 1972) (Pombo, 2004, p. 170-171).

Os conceitos de dados, informação e documento são um pouco mais especializados. Atualmente, estes conceitos são uma das bases dos estudos cognitivistas e de comunicação, administração, lingüística, informática, biblioteconomia, museografia e arquivística. Estas disciplinas são parte integrante, no sentido largo desta concepção, de um conjunto que, apesar de diversas interpretações, chama-se de ciências da informação, [grifo nosso] porque tratam-se de disciplinas interligadas por um objeto de estudo comum: a informação.

Com formação na arquivística integrada canadense, pleiteia o estatuto do arquivista hermeneuta e se debruça sobre as questões teóricas e epistemológicas, mas não avança em direção a uma integração da arquivística como ciência da informação, uma ciência pós-moderna e interdisciplinar, apenas chama a atenção da necessidade de evoluir e integrar as mudanças da sociedade da informação no fazer e pensar arquivísticos. Porém, ao referir-se às “ciências da informação” a trata como uma área, que abarca saberes, não como ciência.

### **3. Arquivística no campo de uma Ciência da Informação transdisciplinar**

Assinala-se, assim, o esforço ainda incompleto de reflexão, encetado por Silva et al (1991), sobre os fundamentos e o estatuto epistemológico da Arquivística como disciplina do campo pluridisciplinar da Ciência da Informação. Este elemento é fundamental para se perceber o desenvolvimento posterior plasmado no livro “Das <<Ciências>> documentais à ciência da informação” (2002), que sendo subscrito por apenas Silva & Ribeiro ( dois dos autores do livro precedente) resultou de um pausado e maduro processo de preparação, com vista à criação de um modelo formativo de nível de graduação, na Universidade do Porto, através de um Curso de Graduação em Ciência da Informação.

É importante notar um conjunto de pressupostos fundamentais que explicam a orientação seguida por Silva & Ribeiro.

O primeiro, e bastante elementar, é a distinção que fazem entre ciência e profissão. Quando pensam e falam de Ciência, Silva e Ribeiro (2002) demarcam-se do positivismo de Le Coadic (1996), mas ao mesmo tempo rejeitam a tendência de entender a Ciência da Informação como uma interdisciplina ou uma ciência emergente do paradigma pós-moderno. Preservam, para tanto, alguns quesitos considerados vitais para que o conhecimento seja considerado científico, como a sistemacidade, a verificabilidade,

a revisibilidade e o controle da subjetividade, mas incorporam aspectos hoje muito consensuais da crítica construtivista e pós-moderna (Santos, 1996).

Partilham, por isso, a afirmação de Le Coadic (1996) de que a Biblioteconomia, a Documentação e a Arquivística são disciplinas práticas, ou seja, correspondem a atividades profissionais localizadas em instituições concretas – as Bibliotecas, os Centros de Documentação, os Arquivos - criados para acumular e disponibilizar diversos tipos de informação e onde se desenvolvem tarefas normalizadas que se tomadas, em si mesmas, não ultrapassam o registro empírico/prático, enfim, o registro do mero senso comum<sup>6</sup>.

Em suma, os autores entendem que essas disciplinas só poderão ascender a uma instância mais exigente de criação de conhecimento científico, interpenetrando-se umas com as outras, e dessa interação e interpenetração teórico-prática nasce o impulso construtivo de uma Ciência da Informação reconfigurada.

Outro pressuposto importante tem a ver com o uso da noção de paradigma. Foi Silva (2002) quem a introduziu em comunicação apresentada ao Integrar. 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, São Paulo, 17 a 22 de Março de 2002 e o fez nestes termos:

Há, pelo que ficou exposto, um paradigma ainda dominante no qual se inscrevem e se legitimam a Arquivística, a Bibliotecologia/Biblioteconomia, a Ciência da Documentação e a Museologia. Um paradigma que pode ser designado de diversas formas: historicista, empírico-tecnista, documentalista, empirico-patrimonialista, etc., sendo nítida em duas delas a ênfase posta na experiência sensorial (empirismo) dos artefactos e bens culturais (património) que substancializam o Arquivo, a Biblioteca e o Museu. Pode, por isso, falar-se de um empirismo patrimonialista forjado pelo labor historiográfico e pela valorização afectiva, estética e económica do que é antigo e raro” (Silva, 2002, p. 577).

Em textos e intervenções posteriores, este paradigma ficou estabilizado como sendo custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista, abarcando a formação profissional e teórico-prática tanto de arquivistas, como de bibliotecários e documentalistas, em todo o Mundo, com algumas nuances que vão de um modelo erudito-metódico e historicista,

---

<sup>6</sup> Boaventura de Souza Santos diz que a ciência moderna “construiu-se contra o senso comum”, considerando-o “superficial, ilusório e falso” e a ciência pós-moderna vem para reconhecer os valores (“virtualidades”) do senso comum que enriquecem a “nossa relação com o mundo”, ou seja, o senso comum também produz conhecimento, mesmo que ele seja um “conhecimento mistificado e mistificador”. “[...] mas, apesar disso e apesar de ser conservador, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico.”(Santos, 2002, p. 56, citado por Francelin, Marivalde Moacir. *Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos*. In *Ci. Inf.*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 26-34, set./dez./ 2004, p.30.)

típico do século XIX, até preocupações mais técnicas derivadas do uso massivo de normas de catalogação, de indexação e de gestão dos serviços de informação ao longo do século XX.

Segundo Silva (2002), contra esse paradigma dominante está a desenvolver-se um outro que é pós-custodial, informacional e, finalmente, científico, tendo em conta que as disciplinas do paradigma ainda prevalecte (Biblioteconomia, Documentação e Arquivística) não podem ser, de acordo com sua análise, consideradas ciências. O paradigma emergente caracteriza-se:

**(a)** pela valorização da informação (referente de um fenómeno humano e social), residindo nela e não no suporte (material onde os códigos são registados) o objecto central de estudo;

**(b)** pela afirmação do incessante e natural dinamismo informacional oposto ao “imobilismo” documental;

**(c)** pela impossibilidade de manter a “compartimentação” documentalista da informação pelo espaço institucional e tecnológico onde se conserva (serviço de Arquivo, serviço de Biblioteca e sistema informático/software de computador monoposto ou em rede), porque este critério é superficial e não abrange o dinâmico contexto de produção (organicidade), de retenção/memória e de uso/consumo (funcionalidade);

**(d)** pela necessidade de conhecer (indagar, compreender e explicitar) a informação social através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes em vez do universo rudimentar e fechado da prática informacional empírica composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente “assépticos” ou objectivos de criação, classificação, ordenação e recuperação;

**(e)** pela alteração do actual quadro teórico-funcional, em que quase só pontificam as práticas metodológicas e os interesses da História, do Direito, da Ciência da Administração, dos Estudos Culturais, para uma postura diferente no universo dinâmico das Ciências Sociais; e

**(f)** pela substituição da lógica instrumental patente nas expressões “gestão de documentos” e “gestão da informação” pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão. (Silva, 2002, p. 591-593).

Como pressuposto pode, também, ser considerada a definição operatória de Informação mais o elenco das suas propriedades. Ao contrário do que vem sendo afirmado, por vários autores, sobre a inutilidade de definir conceito tão ambíguo e abrangente, Silva e Ribeiro consideram indispensável o esforço de referência, ou seja, a que é que corresponde o termo informação, delimitando, assim, um fenómeno concreto e evitando várias equívocidades.

Segundo os autores, informação como objeto a ser abordado pela Ciência da Informação é:

[...] conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direcionada. (Silva & Ribeiro, 2002, p. 37).

Consideram o objeto material da Ciência da Informação, a informação social, como acima está conceituada, e o campo de atuação está na transdisciplinaridade da Biblioteconomia, Arquivística e Sistemas Tecnológicos de Informação, que compoariam o chamado “núcleo duro” e na interdisciplinaridade entre os saberes da Ciências da Administração e Gestão, da História, da Sociologia, do Patrimônio Cultural, da Museologia, da Psicologia Cognitiva, da Lingüística, da Semiótica, das Ciências da Comunicação, da Informática, da Computação Eletrônica, da Física e Química e outras Ciências Naturais aplicadas aos suportes.

As propriedades da informação são:

- “- estruturação pela acção (humana e social) – o acto individual e/ou colectivo funda e modela estruturalmente a informação;
- integração dinâmica – o acto informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da acção;
- pregnância – enunciação (máxima ou mínima) do sentido activo, ou seja, da acção fundadora e modeladora da informação;
- quantificação: a codificação lingüística, numérica ou gráfica é valorável ou mensural quantitativamente;
- reprodutividade – a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização; e
- transmissibilidade – a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável.” (Silva & Ribeiro, 2002, p.42)

Propõem o método quadripolar de Paul de Bruyne, J. Herman e M. De Schoutheete .(Silva & Ribeiro, 2002, p. 84) porque o consideram:

[...] o método ajustado às características do fenômeno da Informação (social), enfatizando a sua componente qualitativa (embora não descurando os aspectos passíveis de análise e investigação quantitativa), como, aliás, é próprio e específico das ciências sociais. (Ribeiro, 2004 )

E a Teoria Sistêmica, a partir dos estudos de Ludwig Von Bertalanffy, que congrega uma visão holística com aplicação da Teoria Geral dos Sistemas, desenvolvida por este autor e com aplicação generalizada e que determinou o que se convencionou chamar como “pensamento sistêmico”, como uma forma de perceber e conceber a realidade, seja ela qual for.

O arquivo, em coerência com o conceito de informação, é assim definido pelos autores:

Arquivo é um sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores. (Silva et al, 1999, p. 214)

E a Arquivística, dentro dos parâmetros científicos, uma disciplina aberta ao paradigma da interdisciplinaridade aplicado às ciências sociais:

Arquivística é uma ciência de informação social, que estuda os arquivos (sistemas de informação (semi-)fechados), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interacção com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente. (Silva et al, 1999, p. 214)

A revolução tecnológica, que se seguiu à segunda metade do século XIX, e a estreita relação entre informação e tecnologia digital, fortalecida a partir dos anos 80 do século XX, tornou possível questionar a noção estática de “documento” (informação registrada num suporte), como conceito operatório e como objeto de estudo, e demarcou, segundo alguns teóricos, a entrada dos arquivos e da Arquivística na chamada era pós-custodial e científica, conforme designam Silva et al (1999, p.185 a 192), num paradigma científico-informacional que propõe a mudança do enfoque do objeto de estudo e de trabalho, do “documento” para a “informação”.

Em consequência das mudanças tecno-científicas e culturais, os princípios e teorias fundamentais da Arquivística, propostos, originariamente, para atender às necessidades dos arquivos históricos, passam a ser questionáveis.

O conceito de fundo, nascido para o tratamento do documento a posteriori, deixaria de ser útil, uma vez que o próprio conceito de informação arquivística ou de documento arquivístico determina que são aqueles produzidos em decorrência das funções e das relações orgânicas, nas atividades de seus produtores visando alcançar os objetivos a que esses produtores se propõem. Portanto, se a gestão de documentos acontece, concomitantemente à produção, trâmite até a destinação final, está garantida a proveniência e o respeito à ordem original e a individualidade do conjunto, com a manutenção da estrutura orgânico-funcional que produz a informação ou o documento e o conceito de fundo seria uma redundância.

A fragmentação dos arquivos, em decorrência da teoria das três idades, também deixa de responder à racionalização e eficiência administrativas requeridas pela

gestão de documentos, cujo objetivo é tratar a informação desde o momento anterior à sua produção até a sua destinação final. Lopes (1996, p.79) argumenta: “Os princípios da proveniência e da ordem original serviram principalmente para fundamentar estratégias de classificação” que a gestão documental pode evitar, porque garante a preservação da ordem dos documentos conforme à estrutura orgânico funcional do produtor.

A teoria das três idades têm sido usada para a avaliação e para o manejo dos documentos segundo a idade e o valor da informação neles contida a partir do uso a que se destinam ou que potencializam. Lopes (2000, p.240) reporta-se a Rousseau e Couture:

[...] que preferem, para definir as três idades nas opções da terminologia internacional existentes, os conceitos de arquivos ativos, semi-ativos e definitivos. Discutiram o período de atividade, sem definir prazos e sim funções que as informações e os documentos podem ter no processo global de gestão da organização. (Idem, p. 240 e 241)

A proposta de Silva & Ribeiro para que a Arquivística, juntamente com a Biblioteconomia, Documentação e Sistema Tecnológicos de Informação, constituam o núcleo transdisciplinar da Ciência da Informação, responde às necessidades de uso da informação, obedecendo ao paradigma do mundo contemporâneo, numa abordagem sistêmica e com aplicação do método quadripolar de Bruyne, que permite responder com maior eficácia ao tratamento da informação e seus usos e necessidades. O pioneirismo da proposta, no entanto, não tem sido referenciada nas reflexões coletadas em obras e ensaios que têm sido elaborados no sentido de compreender e de caracterizar a Ciência da Informação e carece de ser melhor e mais discutida e refletida, uma vez que, em geral, os Arquivistas formados no paradigma patrimonialista e historicista se negam a serem incluídos no campo da Ciência da Informação e, por outro lado, muitos teóricos não consideram que a Ciência da Informação seja assim concebida, como propõem Silva & Ribeiro. É um contributo que merece reflexões e atenção.

## REFERÊNCIAS

- Araújo, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. *In* **Ciência da Informação**, vol. 32, nº 3, IBICT: 2003. Acessado em 10/05/06: <http://www.ibict.br/cionline/search.php?op=authorDetail&id=48>
- Curras, Emília. *La información en sus nuevos aspectos*. Madrid: Editorial Paraninfo S/A, 1988.
- Enciclopédia Einaudi**, Volume 34. Edição Portuguesa: Imprensa Nacional, 2001. [Verbetes: Informação, p. 11-77]
- Francelin, Marivalde Moacir. Configuração epistemológica da ciência da informação no Brasil em uma perspectiva pós-moderna: análise de periódicos na área. *In* **Ciência da Informação**, v 33, nº 2, IBICT:2004. <http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=119&layout=html>. Acessado em 10/05/06.
- \_\_\_\_\_. Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos. *In* **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 26-34, set./dez. 2004
- Garry, K. J. **Da documentação à informação: um contexto em evolução**. Trad. De Antônio Sabler. Lisboa: Editorial Presença e BAD, s.d.
- Gomes, Hagar Espanha. (Org. e Trad.) **Ciência da Informação ou Informática ?** Rio de Janeiro: Calunga: 1980.
- Gomes, Henriette Ferreira. Interdisciplinaridade e ciência da informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, vol. 2, nº 4, ago/01. Acessado em 10/05/06. [http://www.dgz.org.br/ago01/Art\\_04.htm](http://www.dgz.org.br/ago01/Art_04.htm)
- Gómez, Maria Nélide González de. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. *In* **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan/abr. 2003.
- \_\_\_\_\_. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, vol. 1, nº 6, dez/00. Acessado em 10/05/06. [http://www.dgz.org.br/dez00/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/dez00/Art_03.htm)
- Jardim, José Maria. Fonseca, Maria Odila. As relações entre a arquivística e a ciência da informação. **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**. Lisboa, 1992, p. 29-45.
- Kuhn, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 3ª ed, 1991.
- Le Coadic. Yves-François. **A ciência da informação**. Trad. De Maria Yêda F.S. de Filgueiras Gomes. Brasília, DF: Briquete de Lemos/Livros, 1996.
- Lodolini, elio. **Arquivística: princípios y problemas**. Trad. Mercês Costa Paretas. Madrid: Ed. La Murlla, S.A., ANABAD, 1984.

Lopes, Luís Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCAR: 1996.

\_\_\_\_\_. **A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. **A nova arquivística da modernização administrativa**. Rio de Janeiro: outubro, 2000.

Losee, John. **O homem e a ciência: introdução histórica à filosofia da ciência**. Trad. De Borisas Ambleris. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. [Capítulo 12: Pontos de vista do século vinte sobre a demarcação da ciência, p. 189 a 203].

Morin, Edgar. **Ciência com consciência**. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Ortega, Cristina Dotta. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramaZero, Revista da Ciência da Informação**, v.5, n.5, out./04. Acessado em 08 de junho de 2006.

Pinheiro, Lena Vânia Ribeiro (Org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Castro, Lucia Siaines de... [et al]. Brasília; Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1999.

\_\_\_\_\_. **Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação**. [www.informacaoesociedade.ufpb.br/pdf/IS1510501.pdf](http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/pdf/IS1510501.pdf) Acessado em 08 de junho de 2006.

\_\_\_\_\_; Loureiro, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. *In* **Ciência da Informação**, vol. 24, nº 1, IBICT: 1995.

Popper, Karl R. **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária**. Trad. De Milton Amado. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

Rousseau, Jean-Yves. Couture, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

Santos, Boaventura Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 8ª ed., 1996.

Saracevic, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *In* **Perspectivas da Ciência da Informação**, vo. 1, nº 1, p 41 a 62, jan/jun 1996, Belo Horizonte.

Shera, Jesse H. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação, pp 91 a 105. *In* Gomes, H.E. (Org.) **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980.

Silva, Armando B. Malheiro da. **A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico.** (Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, abril 2000, Arquivo Nacional – CONARQ, Rio de Janeiro)

\_\_\_\_\_. **A gestão da informação abordada no campo da ciência da informação.** Pp 89 a 114. In Páginas a&B, Lisboa:: Textype Artes Gráficas Ltda, Gabinete de Estudos a & b.

\_\_\_\_\_; Ribeiro, Fernanda; Ramos, Júlio; Real, Manuel Luís. **Arquivística - Teoria e prática de uma ciência da informação.** 1998, Edições Afrontamento.

\_\_\_\_\_. Ribeiro, Fernanda. **Das ciências documentais à ciência da informação: um ensaio epistemológico para um novo modelo curricular.** Porto: Edições Afrontamento, 2002.